



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Vanissi Silva de Araujo

## **QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Desterritorialização e Reassentamento

Usina Hidrelétrica - Rio Xingu/PA

Florianópolis

2023

Vanissi Silva de Araujo

## **QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

Desterritorialização e Reassentamento

Usina Hidrelétrica - Rio Xingu/PA

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

Florianópolis

2023

Araujo, Vanissi Silva de. Questão Socioambiental :  
desterritorialização e Reassentamento  
Usina Hidrelétrica - Rio Xingu/PA/ Vanissi Silva de Araujo;  
orientador Hélder Boska de Moraes Sarmiento, 68p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico,  
Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

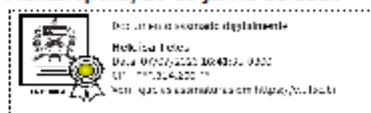
1. Questão Socioambiental. 2. Movimento Social. 3. Povos  
Tradicionais e Originários. 4. Desapropriação e  
Reassentamento. 5. Usina de Belo Monte. I. Sarmiento,  
Hélder Boska de Moraes. II. Teles, Heloisa. III. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social.  
IV. Título

VANISSI SILVA DE ARAUJO

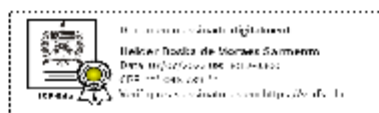
QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL  
Desterritorialização e Reassentamento  
Usina Hidrelétrica - Rio Xingu/PA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

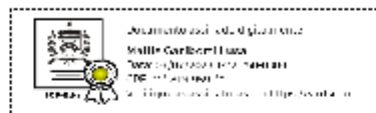
Florianópolis, 26 de junho de 2023



**Profa. Heloisa Teles, Dra.**  
**Coordenadora do Curso**  
**Banca examinadora**



**Prof. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, Dr.**  
**Orientador UFSC**



**Profa. Mailiz Garibotti Lusa, Dr.(a)**  
**Avaliadora UFSC**



**Assistente Social Simone Serafim Côrrea**

**Avaliadora Externa Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)**

Florianópolis  
2023

Em memória a meu pai Valdemiro Ladislau que me deu o dom da vida, à minha madrinha Maria Ribeiro quem me ensinou a arte de ser forte e a meu avô João Vital da Silva símbolo de resistência.

A todas as pessoas que acreditam ser possível mudar o curso da história e reinventar um planeta mais justo e com respeito à vida e à natureza.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a você que está lendo esse trabalho, à Mãe Terra pelo nosso sustento e a todos os caminhos que me levaram a ser quem eu sou. Não importa as dificuldades encontradas, minhas experiências na comunidade acadêmica mudaram para sempre meu jeito de ser. Agradeço aos conhecimentos adquiridos e aos desafios enfrentados durante esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que me obrigou a não só superar aquilo que eu não posso mudar, mas me incentivou a ser eu mesma a mudança que desejo no mundo.

Agradeço às minhas humildes e fortes origens, à minha mãe Jandira da Silva, uma órfã guerreira de mãe e ao meu orientador prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento que topou o desafio e me auxiliou nesse tema tão importante para a humanidade. Também quero agradecer à Floresta Amazônica e ao Rio Xingu pela oportunidade em tê-los conhecido ainda com suas intactas belezas exuberantes e cenários deslumbrantes com situações desafiadoras.

Sinto-me feliz por ter sido bem recebida e respeitada pelas pessoas que me acolheram e que conheci durante esse percurso. Está sendo uma lição muito boa estar conectada de alma com a natureza e com as pessoas que me inspiraram a chegar até aqui. Agradeço à oportunidade de participar de Movimentos Sociais e colocar em prática o que estudei na graduação em Serviço Social.

Sou grata também pela possibilidade de entender melhor nossa participação social na comunidade através do meu estágio com Simone Serafim Côrrea, com o Projeto de Intervenção relacionado à Formação Política do Conselho Local de Assistência Social (CLAS) Norte da Ilha realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ingleses.

Sustentabilidade é uma invenção das corporações para continuar nos enrolando [...]. Os humanos estão devorando o planeta, sem distinção [...]. Não é um problema de luta de classes, é um problema de espécie (KRENAK, p.24).

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um relato de experiência de curta viagem à Volta Grande do Xingu, Pará, em 2011, recuperada por meio de registros fotográficos documentais realizados pela autora e pesquisa bibliográfica para análise crítica e compreensão dos impactos territoriais dos povos Ribeirinhos e Indígenas que vivem, viveram ou estão lutando para voltar a viver na região de Volta Grande do Xingu, Pará. A causa do problema é a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que expulsou um grande número de famílias de seus territórios, destruiu centenas de árvores, mata milhares de peixes e dificultou a subsistência de famílias Ribeirinhas e Indígenas que hoje além de terem o território invadido, também lutam pela disputa da água. A reflexão principal desse trabalho é desenvolver críticas sobre o mecanismo de acumulação do capitalismo que gera injustiça social e destruição ambiental, afeta a vida de seres humanos e todos os seres vivos do planeta. Esse trabalho é dividido em seis partes: A 1ª parte consiste na Introdução, 2ª parte no relato de experiência com ilustrações de fotografia documental memórias da visita realizada em Altamira e Volta Grande do Xingu no Pará, 3ª parte encontra-se a bibliografia científica sobre: a usina de Belo Monte, o Território e o Rio Xingu, a 4ª parte os Movimentos Sociais mais relevantes, na 5ª parte uma breve consideração sobre a Questão Socioambiental, Meio Ambiente e, na 6ª parte a sintetização do trabalho com a conclusão final.

**Palavras-chave:** Desapropriação; Reassentamento, Movimento Social, Serviço Social, Questão Socioambiental, Usina de Belo Monte.



## ABSTRACT

This final paper is a report of a visit to Volta Grande do Xingu and has its online bibliographic research with a qualitative empirical approach that aims to understand the territorial impact that occurs with the Traditional people and Indigenous people who live, lived or who are struggling to return to the region. The aim problem is the construction of Belo Monte Dam, which expelled families from their territories, destroyed hundreds of trees, is killing thousands of fish and made it difficult for people to survive without the water regular flow. It's a territory invasion and also became a water dispute. The main reflection of this work is to develop critic about the accumulation mechanism of capitalism that generates social injustice and environmental destruction, affects the live of humans and all living beings on the planet. This paper work is divided into six parts: 1) Consists of the Introduction; 2) It's about the experience report with illustrations of documentar photography memories of the visit made in Altamira and Volta Grande do Xingu in Pará; 3) it's the scientific bibliography on the Belo Monte Dam, Riverside and Indigenous People, the Territory and Xingu River 4) Social Movement; 5) It's the brief knowledge of the Environmental Issue and its relation to Social Work. 6) Involves the synthesis of all the work with the final conclusion.

**Keywords:** Belo Monte Dam, Expropriation and Resettlement, Socio-environmental Issue & Social Service, Social Movement, Traditional and Indigenous Peoples.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 BR 230 - Rodovia Transamazônica – Atoleirooleiro.....	20
Figura 2 BR 230 – Trecho de Duplicação da Rodovia Transamazônica – Ônibus....	20
Figura 3 Transporte Coletivo Local .....	21
Figura 4 Travessia de Balsa para a próxima cidade .....	21
Figura 5 Festa em Altamira .....	22
Figura 6 Altamira Rio Xingu Jornalista Ruy Sposati de camisa azul .....	23
Figura 7 Transporte Aquático em Altamira até Volta Grande do Xingu.....	24
Figura 8 Nas águas do Rio Xingu.....	24
Figura 9 As pedras que enfeitam. ....	25
Figura 10 Moradia atrás das pedras.....	26
Figura 11 Trajeto até Volta Grande do Xingú. Casa de palafita. ....	26
Figura 12 Chegada em uma Comunidade em Volta Grande do Xingú .....	27
Figura 13 A madeira das casas vinham de outro lugar já cortadas e plainadas.....	28
Figura 14 Sr. Pedro pescador que nos acolheu. ....	29
Figura 15 Pega a galinha aí. ....	29
Figura 16 Meninas Ribeirinhas lavando louça.....	30
Figura 17 Mulher Ribeirinha lavando roupas.....	30
Figura 18 Manutenção no motor de barco é tarefa para os homens.....	31
Figura 19 Urucum.....	32
Figura 20 Preparando o colorau tirado do urucum. ....	32
Figura 21 Montagem da exposição. ....	33
Figura 22 Exposição “Amazônia em Perigo” - Australia. ....	33
Figura 23 Frankston Arts Center em Melbourne - Coquetel de Abertura. ....	34
Figura 24 Discurso sobre a exploração desenfreada na Floresta. ....	34
Figura 25 Placa em Altamira .....	36
Figura 26 Líder Indígena Taira Kayapo – Grito de Guerra .....	38
Figura 27 Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeira.....	44
Figura 28 Liderança Raoni Metuktire – INSTITUTO RAONI .....	49
Figura 29 Líder Ribeirinha Antônia Melo – ONG Xingu Vivo .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADA</b>	Área Diretamente Afetada Urbana
<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
<b>C/F 88</b>	Constituição Federal de 1988
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CLAS</b>	Conselho Local de Assistência Social
<b>EIA</b>	Estudo de Impacto Ambiental
<b>FADESP</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INPA</b>	Instituto Nacional de Pesquisa
<b>IR</b>	Instituto Raoni
<b>ISA</b>	Instituto do Meio Ambiente
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragem
<b>MATI VGX</b>	Monitoramento Territorial Ambiental Independente de Volta Grande do Xingu
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PA</b>	Pará
<b>PCTs</b>	Povos e Comunidades Tradicionais
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto do Meio Ambiente
<b>RRS</b>	Relatório de Reconhecimento Social
<b>RRSR</b>	Relatório de Reconhecimento Social Ribeirinho
<b>RUCs</b>	Reassentamento Urbanos Coletivos
<b>S.A.</b>	Sociedade Anônima
<b>STF</b>	O Supremo Tribunal Federal
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UHE</b>	Usina Hidrelétrica

**U.K.** United Kingdom  
**UNESCO** Organização das Nações Unidas  
**USP** Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. RELATO DE EXPERIÊNCIA: MEMÓRIAS DA VIAGEM À AMAZONIA.....</b>	<b>17</b>
<b>3. A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS PARA SOBREVIVEREM FRENTE À CATÁSTROFE DA BARRAGEM NO RIO XINGÚ...35</b>	<b>35</b>
3.1 A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE .....	35
3.2 O TERRITÓRIO .....	38
3.2.1 Territorialização no Rio Xingú pós Belo Monte.....	40
3.2.2 Desterritorialização da População Atingida pela Barragem.....	40
3.2.3 Reassentamentos em Altamira .....	43
3.3 RIO XINGU.....	45
<b>4. MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>48</b>
4.1 INSTITUTO RAONI METUKTIRE .....	48
4.2 MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE.....	49
4.3 CONSELHO RIBEIRINHO .....	51
4.4 MOVIMENTO ECOSSOCIALISTA .....	51
4.5 INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA).....	52
4.6 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM (MAB).....	52
<b>5. BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A QUESTÃO SOCIAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>53</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As facetas da Questão Socioambiental vêm sendo cada vez mais acentuadas pelas demandas recorrentes de violação de direitos humanos dos povos indígenas e tradicionais. A retirada dos povos Ribeirinhos das margens do Rio Xingu na Floresta Amazônica, na Volta Grande do Xingu e também em Altamira, vai refletir em todos nós. A invasão das terras Indígenas vai refletir em todo o mundo. Não é um problema isolado pertencente ao Estado do Pará. Esse é um dilema e uma preocupação mundial no que se refere aos seus efeitos, por exemplo, aquecimento global e às catástrofes ambientais.

Se permitirmos que saqueiem todas as nossas riquezas naturais, estaremos então deixando que levem nossas vidas e ficaremos aguardando o resto do fim do mundo de braços cruzados. O problema é que a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) trouxe mudanças e perdas imensuráveis para a vida das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas do Médio Xingu no Sudoeste do Pará (PA).

Esta mudança afeta o estilo de vida e laços de famílias devido à desterritorialização ou à impossibilidade de navegação, e isso vem causando insegurança alimentar, pois as famílias não conseguem sustentar esse novo estilo de vida. Além disso, precisam lutar pela água, ou fugir da água. Pois há lugares que secou o rio e outros que houve inundação. É uma luta constante pela vida.

Essas comunidades podiam plantar, caçar, pescar, tinham água livre e luz de gerador durante o dia. Hoje precisam comprar comida à preços altíssimos no centro urbano de Altamira, essas famílias não tiveram opções favoráveis de indenização para um digno reassentamento em áreas de concordância com a comunidade, tudo foi imposto sem participação social. Através de relatos da comunidade (OLIVEIRA, 2014), foi percebido que as etnias indígenas ouviam por rádio, mas não podiam se comunicar, dar seu parecer, ou seja, burlaram o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (CF/88):

*CAPÍTULO VIII DOS ÍNDIOS Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas*

*atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. § 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º (BRASIL, 2012).*

Ainda há outras famílias Ribeirinhas que lutam pelo reconhecimento de uma indenização ou reparação, pois foram atingidos pela barragem com enchente em suas casas. Outra situação são os oleiros que perderam seus lugares de trabalho na beira do Rio Xingu, mesmo não morando no local perderam o sustento e sem indenizações, eles normalmente procuram movimentos sociais em lugares tais como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

O objetivo geral desse trabalho é trazer à tona o problema mais grave que o ser humano vem enfrentando nas últimas décadas que é a exploração e destruição em massa de recursos naturais. Essa exploração e destruição reflete no bem-estar social e psicológico das famílias Indígenas e Ribeirinhas, particularmente em se tratando dos drásticos resultados entre 2011 até 2023 sobre os estudos de impactos ambientais e as sérias consequências do desvio do Rio Xingu. Este problema será abordado a partir da fotografia documental realizada e reconstrução da memória deste registro, por meio de relato e complementados com os estudos bibliográficos sobre a questão socioambiental.

Acredita-se, com estes estudos, apresentar um retrato pessoal e analítico sobre os impactos territoriais que aconteceram, pois o empreendimento de R\$ 30 bilhões fez a população altamirense saltar de 100 mil, segundo o Censo de 2010, para mais de 140 mil, na avaliação da prefeitura. Entretanto, o Município, com a implantação da barragem, ainda dispõe de poucos acessos pavimentados, pois a única rodovia utilizada para chegar ao município é a Rodovia Transamazônica (BR-230).

Na Amazônia Brasileira os povos tradicionais e originários, vão perdendo espaço no plantio, na pesca, na caça e no extrativismo para dar lugar às tragédias e desastres como no caso da usina hidrelétrica de Belo Monte que não usa a capacidade máxima durante 9 meses do ano, e apenas no período de maré cheia, que dura 3 meses sua capacidade é ampliada. Nestes meses, as águas do Rio Xingu descem com velocidade gerando a potência máxima.

Para que a usina possa funcionar com potência total o ano inteiro, outras usinas hidrelétricas teriam que ser construídas, porém o projeto teve que ser reduzido para que fosse aprovado. Porém, pesquisadores acreditam que isso seja apenas uma estratégia como forma de começar para depois implantar as outras usinas como parte desse projeto.

Além disto, Belo Monte abriu “brechas” para outros tipos de exploração como a mineração, um exemplo é o caso de Belo Sun mineradora Canadense, que pretende explorar o solo de Volta Grande do Xingu, já mapeado em área muito próxima de aldeia indígena.

Sabe-se que o impacto habitacional foi causado pela expropriação de terra, o que ocasionou o deslocamento compulsório de mais de 45 mil habitantes e a migração de mais de 100 mil pessoas para a região de Altamira (PA). Atualmente a população reassentada, vive em casas populares geminadas de baixa qualidade, sem quintal e com a forma de vida totalmente diferente do que viviam em suas terras de origem.

Existe uma força contrária dos poderes políticos em reconhecer os direitos territoriais dos povos de comunidades tradicionais. Exemplo disso é a Lei 13.465 de 2017, que expandiu ainda mais as possibilidades de apropriação ilegal de terras públicas e desobrigou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a manter qualquer assistência aos povos tradicionais, facilitando a legalização de grilagem de terras no Brasil, e a especulação para o mercado de



terras (SAUER; LEITE, 2017). Essa lei aumenta fatores de violência contra pequenos produtores, agricultores familiares e povos tradicionais (BENATTI; SILVA, 2021).

A importância em preservar o modo de vida dos povos tradicionais, que dependem da caça, da pesca e do extrativismo para sua alimentação e renda, é algo extremamente importante e uma Política Pública a favor dos direitos humanos que preservam esse estilo de vida precisa ser elaborada.

A Amazônia em exuberância e abundância de riquezas ecológicas torna o assunto em questão fato importante e imprescindível para o funcionamento harmônico de todo o globo terrestre, sendo então importante a defesa dos povos guardiões da floresta que favorecem a conservação do bioma, para a estabilidade do ecossistema. A teoria de Paulo Freire à respeito do ser humano e a natureza diz o seguinte: “assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e florestas” (FREIRE, 2000, p67)”.

Cabe esclarecer que vamos trabalhar com ilustrações fotográficas de acervo pessoal derivadas de uma visita na floresta Amazônica no período de novembro de 2011, na Bacia do Rio Xingu, em Volta Grande, PA, área remota da Amazônia Legal. Em seguida, serão inclusos os estudos bibliográficos que serão constituídos de livros, artigos e mídias sociais (com fonte de reportagens deste período que vai de 2011 à 2023) sobre a região e suas relações com os Movimentos Sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Institutos de Pesquisa, para construir um raciocínio cronológico desde a idealização da usina até a finalização da obra e os impactos habitacionais causados nas comunidades Ribeirinhas e Indígenas de Volta Grande do Xingu, no Médio Xingú.

## **2. RELATO DE EXPERIÊNCIA: MEMÓRIAS DA VIAGEM À AMAZONIA**

Nesse processo de resgatar as memórias de minha viagem à Amazônia, quero salientar que a intenção era registrar os momentos que passaria na comunidade Volta Grande do Xingu em novembro de 2011 como fotógrafa documentarista freelancer e ativista ambiental. Na época, não tinha consciência teórica e científica para os registros de pesquisa e, nem a intenção de elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, mas já exercia a pesquisa de observação e o senso crítico. Segundo Babbie (1999), não cientistas, também usam as três metas

de pesquisa que é a 1) observação tais como idade, sexo, local de nascimento, estado civil; 2) a regularização que são normas sociais prescritas pelas instituições formalizadas da sociedade, essas normas mudam conforme o tempo e 3) a aplicação da regularização, pois para serem úteis é necessário que as teorias científicas sociais sejam testadas no mundo real.

Nesse período queria mostrar a importância da preservação do território e fotografar o local ecológico ainda em comunhão com o estilo de vida dos Indígenas e Ribeirinhos.

Meu objetivo naquela viagem de trabalho foi fazer um ensaio fotográfico documental saindo de Altamira, contemplando o estilo de vida dos povos Ribeirinhos e Indígenas, que viviam à beira do Rio Xingu. A intenção foi mostrar a importância da preservação da natureza para salvar a vida dos peixes, das árvores, das pessoas e famílias que conseguiam viver em harmonia com a natureza, dos pássaros entre inúmeros outros seres.

Para chegar a uma aldeia indígena, era preciso permissão, na época estava difícil porque a FUNAI não autorizava visitantes nas aldeias, não sei se por uma ordem do governo ou a pedido dos indígenas. De qualquer maneira, já que não podia fazer visitas aos Povos Indígenas como fotógrafa freelancer, eu foquei na comunidade Ribeirinha. Meus planos de roteiro era fotografar o local onde seria construída a terceira maior bacia hidrelétrica do mundo, isto é, registrar o local antes da barragem, para em um momento futuro através da continuidade de meus estudos poder voltar pessoalmente e saber o que houve e isso significa que eu precisaria regressar ao local e ver o que aconteceu.

Essas memórias que me marcaram muito ao longo destes anos fazem parte de um percurso metodológico, agora reconstruído, por meio de uma observação sobre o campo (imagens dos registros fotográficos documentais), analisadas à luz de fundamentos teóricos sobre a questão socioambiental.

Na verdade, eu já tive uma experiência na área ambiental como voluntária em 2003-2004 onde desenvolvia curso de fotografia para jovens entre 9 e 17 anos. Esse trabalho era realizado com alunos participantes de uma Organização Não Governamental (ONG) na comunidade Chico Mendes em Florianópolis. Então minha paixão pela natureza, reciclagem e ação nessa área vem desde desse período.

Ao ler nas mídias sociais sobre o impacto negativo que a construção da obra causaria na floresta amazônica e obviamente para os moradores da região que

vivem da pesca, da caça e do manejo do extrativismo sustentável orgânico, me senti fortemente movida a fazer algo a respeito. Assumi as despesas de uma longa viagem que saia de São Paulo para Belém do Pará de avião, de Belém para Altamira de ônibus e de Altamira para Volta Grande do Xingu de barco.

Na viagem, eu carregava uma mochila com três trocas de roupas e um chinelo, na outra mochila carregava meus equipamentos fotográficos que por sinal eram bem pesados. Carregava uma câmera profissional japonesa com diversas lentes, porém não tinha nenhuma teoria acadêmica, apenas alimentava a minha postura artística e um sonho de conhecer essa região da Amazônia.

A data era novembro de 2011, nunca tinha ido antes à Amazônia e essa seria minha chance em conhecer de perto um pouquinho dessa imensidão rica em fauna e flora. Eu tinha pressa, pois achava que se deixasse para depois eu possivelmente perderia a chance de navegar nas águas do Rio Xingu.

Antes de chegar a Altamira fiz contato com um jornalista que trabalhava na Organização Não Governamental (ONG) Xingu Vivo Para Sempre, o nome dele é Ruy Sposati. O fato de saber que teria alguém me recebendo em Altamira me confortou, apesar de ainda assim não saber o que aconteceria, eu tinha uma intuição boa a respeito do que estava fazendo e acreditei no que estava sentindo. Cabe registrar, viagem sem apoio financeiro, e, na época a hospedagem estava extremamente cara e essa foi uma grande ajuda.

Na viagem até Belém foi bem tranquilo, peguei a famosa chuva diária após o almoço, fui ao mercado público e passei apenas uma noite em Belém, no dia seguinte o destino era a cidade de Altamira. Foi em um ônibus simples, mas com ar-condicionado, estava lotado, no total 24 horas de viagem devido às péssimas condições da estrada de barro vermelho, viajamos pela BR 230, mais conhecida como rodovia Transamazônica. A noite corríamos o risco de sermos assaltados, na época o ônibus que eu viajava não tinha banheiro.

Fiquei um pouco ansiosa com isso, muitas vezes o motorista tinha que parar em lugares extremamente escuros para que algumas pessoas pudessem se enfiar no mato e fazer suas necessidades, era nesse momento que muitos comentavam que foram assaltados no passado, nessas paradas noturnas, eu ouvindo isso, só saía do ônibus quando a parada era oficial em algum pequeno restaurante na estrada.

Agarrei-me à minha mochila de equipamentos e minha carteira, enquanto buscava um esconderijo para a mochila ou para os equipamentos, toda vez que havia uma parada na estrada escura. Fui rezando muito e bem feliz. Quase não dormi, mas consegui tirar alguns cochilos quando o ônibus estava em movimento. Eu saía do ônibus para checar o local e fotografar, mas confesso que em dois segundos a lente ficava embassada, eu limpava e lá estava a lente úmida de novo, eu nunca experienciei tanta umidade na minha vida, era mais tempo secando a lente do que fotografando no meio da estrada. A figura 1 e 2 representa o cenário.

Figura 1 BR 230 - Rodovia Transamazônica – Atoleiro



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Figura 2 BR 230 – Trecho de Duplicação da Rodovia Transamazônica – Ônibus



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Chegamos em uma pequena cidade onde o transporte coletivo que vi, era um pequeno caminhão como consta na figura 3.

Figura 3 Transporte Coletivo Local



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

E nessa mesma cidade atravessamos uma balsa como apresenta na figura 4.

Figura 4 Travessia de Balsa para a próxima cidade



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Seguimos caminho e ao chegar em Altamira percebi que parecia uma cidade que cresceu desordenada, era uma mini-cidade grande, quente, muito quente, no estilo 42 graus. E eu estava o tempo todo vermelha. A grande maioria das pessoas usava sombrinha para se proteger do sol e eu me entreguei à essa moda após três dias de cabeça literalmente quente. O calor perto da linha do equador é intenso. Quando a noite chegou, participei de uma festa em Altamira como representa a figura 5.

Figura 5 Festa em Altamira



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Eu me lembro de um padre católico de Altamira fazendo um discurso contra a construção de Belo Monte, mas ele foi muito discreto, falando da importância de preservar a natureza e o local onde os povos originários e povos tradicionais vivem. O nome dele é Dom Erwin Kräutler, 82 anos, que se despediu da posição de bispo de Altamira no dia 3 de abril 2016, segundo o site Conselho Indigenista Missionário, acessado no dia 02 de maio 2023.

A fala era encurtada, pois tudo que era contra a hidrelétrica era censurado. Lembrando que também era o mês de aniversário de Altamira. Ao chegar na casa do jornalista Sposati, (representado na figura 6), fui bem recebida, ele tinha influência na cidade e sabia quem estava indo para documentar ou pesquisar em Volta Grande do Xingu, então ele pediu que eu aguardasse o momento certo para que eu fosse acompanhada.

Figura 6 Altamira Rio Xingu Jornalista Ruy Sposati de camisa azul



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Aguardei por sete dias em Altamira para ir até Volta Grande do Xingu. Estávamos esperando um grupo de pessoas para irmos todos, eram conhecidos do jornalista Sposati. Tinha gente de United Kingdom (UK), Noruega, Suíça e Alemanha, era uma equipe pequena de cinema, artistas plásticos e pesquisadores, a grande maioria eram homens, em torno de doze homens e duas mulheres visitantes, uma brasileira pesquisadora que morava na Suíça e eu brasileira que na época morava na Austrália.

Sentia-me a pessoa mais privilegiada do mundo por estar ali com uma equipe interessada em protestar contra aquela obra que ficou conhecida internacionalmente devido a resistência organizada dos Movimentos Sociais.

Um destaque desta viagem foram os barcos (figura 7) que partiam sentido Volta Grande do Xingu ficavam às margens do Rio Xingu em Altamira. Normalmente saiam até as 9 da manhã. Não vi nenhum passeio turístico no dia em que embarcamos para a comunidade Ribeirinha.

Figura 7 Transporte Aquático em Altamira até Volta Grande do Xingu



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Conforme o barco se afastava de Altamira (figura 8) eu ia abrindo cada vez mais o sorriso. Tinha uma bandeira do Brasil no barco e naquele momento me orgulhei muito de ter nascido brasileira, pois a Floresta Amazônica é um lugar mágico uma sensação única e infelizmente a grande maioria dos brasileiros não tiveram o mesmo privilégio que eu busquei ter, muitos, no entanto não se interessam.

Figura 8 Nas águas do Rio Xingu



Fonte: Vanissi Araujo (2011)



Perdemos Altamira de vista e já começava a avistar afluentes que enchiam o rio com mais vida e movimento, pareciam ruas que se encontravam todas numa “avenida” chamada Rio Xingu. O rio possui arquipélagos, ou seja, um conjunto de pequenas ilhas que possuem canais secundários, esses canais são emaranhados e entrecortados por muitos outros pequenos rios que se cruzam e desaguam no Rio Xingu, as pedras enfeitavam o cenário (figura 9) enquanto a água verde clara não parava de correr constantemente em um largo rio que dava vida a seres vivos e saciava a sede e a fome de todos.

Parecia que eu estava em um filme de aventura em uma missão impossível, mas não era um filme era a realidade. A força do significado da floresta para minha vida é indescritível. Mas eu estava de fato em uma missão de vida. Acredito que é um tema de grande importância para a humanidade, por isso a viagem em 2011 foi um começo de uma área de pesquisa, hoje tenho consciência disto.

Figura 9 As pedras que enfeitam.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

No caminho era possível ver que algumas famílias tinham suas casas afastadas da beira do Rio, tendo mais privacidade atrás das árvores, uma união com perfeita sincronia com a natureza como vemos na figura 10. Outras já tinham a casa em palafita mais próximo do Rio conforme figura 11.

Figura 10 Moradia atrás das pedras.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

A preservação do modo de vida dos indígenas e ribeirinhos traz um equilíbrio no ecossistema, entre os indivíduos personagens dessa história, que são os povos originários e tradicionais, importantes guardiães da floresta que não são vistas como tal. São muitas as tribos indígenas na região, e hoje lutam para terem suas terras demarcadas e o território protegido.

Figura 11 Trajeto até Volta Grande do Xingú. Casa de palafita.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

As casas de palafitas são construídas, devido ao regime de maré alta que acontece no período de janeiro à maio. E pelas imagens, pode-se ver que a maré subia bastante. Nessa área há um declínio do solo, por isso quando chove muito a água corre com força, essa casa está bem próxima a margem do Rio Xingú. Alguns moradores acenavam para nós, e seguíamos caminho, sendo bem recebidos. Às vezes percorríamos vinte quilômetros sem ver casa alguma em alguns trechos. A viagem de Altamira até Volta Grande do Xingu levou aproximadamente quatro horas.

Ao chegarmos à comunidade de Volta Grande, vi essa casa (foto 12) que não era de palafita, de uma família de filhas descendentes de um pai negro e uma mãe indígena, já eram todos adultos, mas quem aparece em primeiro plano foi um pescador vizinho dessa família e que fez questão de nos receber.

A senhora indígena era tímida e um pouco desconfiada, pois com razão, ela não nos conhecia, mas um dia sentada na porta de sua casa, ela balbuciou algumas palavras sobre Belo Monte, com os olhos distantes, deixou algumas palavras escaparem a respeito do empreendimento, a tristeza era nítida e clara em sua voz e no seu olhar. O marido dela não se dirigia a nós e sempre observava tudo à distância.

Figura 12 Chegada em uma Comunidade em Volta Grande do Xingú



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Percebi que a maioria das casas eram feitas de madeira, e elas não eram retiradas da mata, mas já vinham cortadas e plainadas conforme figura 13.

Figura 13 A madeira das casas vinham de outro lugar já cortadas e plainadas.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Fomos introduzidos para a comunidade, nos dirigiram até a escola, dormimos a primeira noite lá, estendi uma esteira no chão, dormi bem mas, acordei dolorida, na segunda noite, um dos moradores Sr. Pedro pescador, me ofereceu abrigo na casa de sua família, eu dormi numa rede, todos dormiam em rede. Também nessa noite dormi muito bem, e fui convidada a ficar lá até eu ir embora. Hoje, compreende, uma falha da minha parte, não ter levado um diário de anotações para anotar todos os nomes, falas e outras impressões da viagem.

Os sete dias que passei em Volta Grande, foram bem enriquecedores, todos os dias conversava com os moradores, na maioria eram mulheres, elas diziam o que pensavam sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte, mas quando elas me viam pegar a câmera, as vozes cessavam e o silêncio tomava conta do lugar. Ninguém queria dar sua opinião quando estava sendo filmado, gravado, ou fotografado. Ou eu fotografava ou conversava as duas coisas juntas não funcionavam.

A pesca era uma atividade diária no rio, em 2011 ainda tinham muitos peixes saudáveis e grandes, veja figura 14.

Figura 14 Sr. Pedro pescador que nos acolheu.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Eles pescavam o suficiente para comer no dia, os peixes eram fartos no rio. Já a galinhada não foi bem assim, resolveram nos presentear com uma comida diferente e precisavam matar uma galinha, escolheram a mais velha (figura15), me puxaram pelo braço para acompanhar o ritual de pegar a galinha, foi difícil, não quis ver.

Figura 15 Pega a galinha aí.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Depois de ver a galinha sendo depenada, a carne foi pro fogão a lenha e a lembrança de ter visto a galinha no quintal ciscando minutos antes dela ser degolada. Não conseguia engolir a carne, até porque carne de galinha idosa é muito dura.

Voltando ao rio, o Xingu tem uma importância muito grande para essa população, pois era a fonte de alimentação, onde os homens pescavam, e as mulheres tinham uma espécie de plataforma de madeira para lavar a louça e as roupas, como no caso das figuras 16 e 17.

Figura 16 Meninas Ribeirinhas lavando louça



Figura 17 Mulher Ribeirinha lavando roupas.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

No rio as mulheres banhavam as crianças e se banhavam. Eu não me lembro de ter visto as mulheres de roupa seca por muito tempo no corpo. Os homens, mulheres e crianças ajudavam a cuidar da roça, mas os homens passavam mais tempo carpindo na roça e fazendo manutenção nos barcos para a pesca e transporte (figura 18)

:

Figura 18 Manutenção no motor de barco é tarefa para os homens.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Conversei algumas vezes com as filhas da senhora indígena e elas estavam muito tristes com a possibilidade de ter que sair dali, estavam aguardando a indenização que apenas alguns receberiam no valor aproximado especulado na época de trinta mil reais. Já sabiam que teriam que ir para a cidade de Altamira e tinham consciência de que a vida não seria mais a mesma. Consegui fotografar alguns momentos de uma delas que ficou mais próxima de mim, uma pessoa extremamente simples e simpática. Ela gostava de realizar o processo do urucum em sementes até chegar no pó colorau como consta nas figuras 19 e 20.

Figura 19 Urucum



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

Figura 20 Preparando o colorau tirado do urucum.



Fonte: Vanissi Araujo (2011)

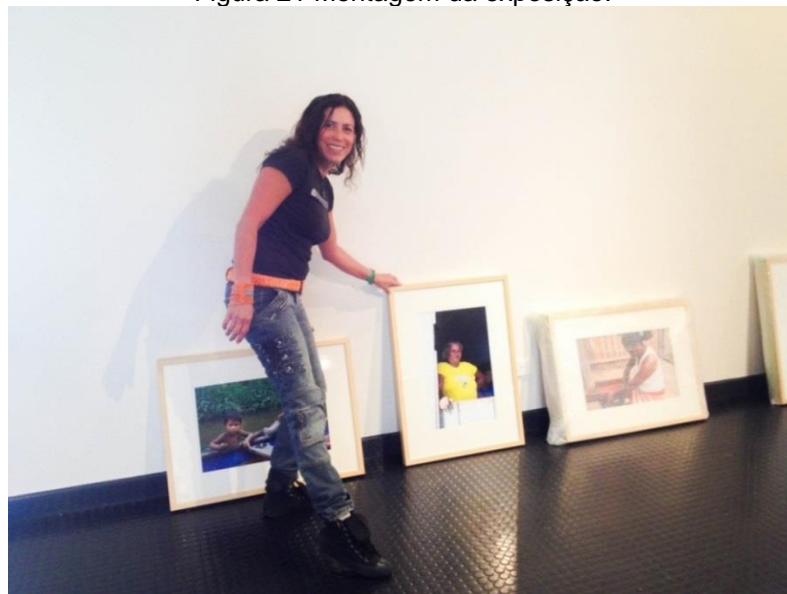
Como o fruto não dava o ano todo, havia o método para que eles pudessem armazenar o pó colorau extraído das sementes. O urucum era muito bem recebido entre os nativos, planta rica em antioxidantes e anti-inflamatório ajuda a manter a saúde dos moradores combinado com o peixe.



Fui muito bem recebida pela comunidade, e sai de lá com o coração partido e esperando que o canteiro de obras fosse paralisado e impedida a obra, essa seria a vontade de todos que estavam visitando as comunidades, mas acredito que muitas das pessoas com quem conversei da comunidade de Volta Grande do Xingu, não acreditavam que esse quadro fosse revertido.

Retornei para meus estudos na Austrália, comentei sobre minha viagem com algumas amigas. Não tinha um plano traçado para o material fotográfico, e pôr fim a oportunidade bateu à minha porta me surpreendendo, uma curadora da galeria Frankston Art Center em Melbourne na Austrália me convidou para expor. Aceitei, editei as imagens e fui montar a exposição, conforme figuras 21 e 22.

Figura 21 Montagem da exposição.



Fonte: Vanissi Araujo (2013)

Figura 22 Exposição “Amazônia em Perigo” - Australia.



Fonte: Vanissi Araujo (2013)

Aconteceu também um coquetel de abertura com todos os outros artistas envolvidos, como consta na figura 23 e um discurso de cinco minutos para falar sobre o trabalho, como consta na figura 24.

Figura 23 Frankston Arts Center em Melbourne - Coquetel de Abertura.



Fonte: Vanissi Araujo (2013)

Figura 24 Discurso sobre a exploração desenfreada na Floresta.



Fonte: Vanissi Araujo (2013)

Este registro de viagem e trabalho fotográfico documental é para mim, hoje, uma forma de consciência da luta travada pelos povos originários, indígenas e ribeirinhos e, também, sistematização desta experiência, enquanto oportunidade de atribuir ainda mais sentido a intenção de estar presente naquela luta, e que agora,

agrega consciência crítica e instrumento de luta, sobre terras e águas que não voltarão àquela região, foram desterritorializados.

Mesmo diante deste fato e condição trágica aos povos e a natureza, é fundamental compreender as diferentes formas de resistência que se fizeram e ainda lutam por melhores condições de vida e, preservação da Amazônia. Na próxima seção, considerando os limites desta pesquisa, vamos apresentar um pouco destas lutas e resistências e compreender a dimensão de tudo que tem acontecido desde então.

### **3. A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS PARA SOBREVIVEREM FRENTE À CATÁSTROFE DA BARRAGEM NO RIO XINGÚ.**

O objetivo desta terceira etapa do trabalho é apresentar algumas perspectivas políticas encontradas no material bibliográfico utilizado sobre a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, o efeito na vida dos povos Indígenas e Ribeirinhas que vivem na região de Volta Grande do Xingu, as que foram viver afastadas do Beiradão do Rio e, as condições fluviais do Rio Xingu atualmente. A este conjunto de determinações, que indicamos a existência de toda uma Questão Socioambiental, da qual serão destacados alguns Movimentos Sociais que atuaram contra a barragem e ainda atuam contra a construção de outras barragens na região como consta no projeto original.

#### **3.1 A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE**

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no curso do Rio Xingu, gerou polêmicas quanto a questão ambiental, socioambiental e energética. De um lado as populações tradicionais e indígenas com ativistas e grupos ambientalistas e do outro lado o governo e empresários defendendo a geração de produção de energia. Concluída, a usina se tornou a segunda maior do Brasil, sendo a primeira totalmente brasileira, é Itaipu, porém binacional: Brasil e Paraguai.

Esta história de Belo Monte, vem de longe, ainda na década de 1880, época em que houve imigração proveniente de várias partes do mundo, inicia o povoamento da região entre os igarapés Ambé e Panelas. Anterior a isso, a excursão dos jesuítas surgira para catequisar e escravizar os indígenas que foram

os responsáveis em abrir um atalho (IBGE, 2023), que foi continuado pelo suor dos escravos africanos e hoje é a Rodovia Transamazônica. Desde então com a rodovia transamazônica aberta e hoje pavimentada, triplicou a dinâmica de exploração de minerais aos arredores de Altamira no interior da floresta, é deste processo que Belo Monte remonta.

A usina hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) é um remodelamento do projeto de Kararaô (significa grito de guerra), concebido naqueles anos 1970. Assim a abertura oficial da construção da Rodovia Transamazônica no dia 9 de outubro de 1970, conforme consta na figura 25, foi também a expansão de projetos de desenvolvimento sob o regime da ditadura militar, que previa a construção de seis grandes usinas ao longo do rio Xingu.

A UHE Belo Monte está localizada no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará, no âmbito da Amazônia Legal. Foi inicialmente apresentada no ano de 1975 quando se iniciaram os estudos sobre o potencial hidrelétrico do rio Xingu, originando então os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, desenvolvidos pela Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás (FREIRE, et al, 2018). Em 1980 já estavam concluídos os estudos de inventário e assim, iniciavam-se os estudos de viabilidade técnica da usina hidrelétrica.

Figura 25 Placa em Altamira



Placa símbolo da abertura da rodovia Transamazônica-Altamira-PA -BR-230.

A UHE Belo Monte é composta por 24 unidades geradoras, 33 barragens, sete canais de transposição, lago com 516 km<sup>2</sup>, 60 milhões de m<sup>3</sup> de aterro, 180

milhões de m<sup>3</sup> de escavações e 4 milhões de m<sup>3</sup> de concreto (GUTIERREZ, 2023). Segundo consta no Relatório do Meio Ambiente da Themag Engenharia (p. 59), a contratada para os estudos de identificação dos impactos ambientais da região de Altamira e da Volta Grande do Xingu, é a empresa Xingu Sócio-Ambiental Ltda é composta pela Andrade Gutierrez Engenharia S/A, Ricardo Muzzi Guimarães, Marcelo Sturlini Bisordi e CNO S.A.

Conforme Fuchs (2016) um dos principais problemas da efetivação da usina hidrelétrica era o problema interno, resultante da discordância entre diferentes prazos às necessidades urgentes do setor elétrico e sua capacidade rápida de executar tecnicamente um projeto de infraestrutura complexo, incluindo o tempo necessário para realizar uma avaliação completa do impacto ambiental e social. No Brasil, devido à riqueza natural de água, a hidroeletricidade é a primeira opção e tornou-se um símbolo de modernidade brasileira, apesar de existirem outros modelos de geração de energia. Em 2001 já havia uma pressão das mídias na preocupação com a energia elétrica.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o financiamento de R\$ 22,5 bilhões para a Norte Energia S/A, o valor foi destinado à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), outra parte do crédito foi repassada pela Caixa Econômica Federal (7 bilhões) e pelo BTG Pactual (2 bilhões). A Norte Energia é uma sociedade de propósito específico composta por Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Petros, Funcef, Grupo Neoenergia, Cemig, Light, J. Malucelli Energia, Vale e Sinobras. A usina de Belo Monte ostenta a capacidade de 11.233 MW de potência, mas efetivamente a usina de Norte Energia entrega apenas uma média de 4,571MW por ano. A parte da água que não segue para o rio é desviada para o reservatório de onde sai a água que move as turbinas da usina.

Segundo a equipe Portal Biossistemas, as usinas que geram mais energia são, em ordem decrescente de capacidade: Usina Hidrelétrica de Itaipu (Paraná), Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Pará), Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (Pará), Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pará) e Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (Rondônia) totalizando as cinco maiores e percebe-se que três delas estão localizadas no estado do Pará (USP, 2018). Em 1989 aconteceu o encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), na época o projeto da usina era chamado de Kararaô que significa “grito de guerra”, (SOARES, 2017) a indígena Kayapó Tuíre

passou o facão no rosto do então presidente da Eletronorte José Antônio Muniz, como mostra a figura 26.

Figura 26 Líder Indígena Tuirá Kayapo – Grito de Guerra

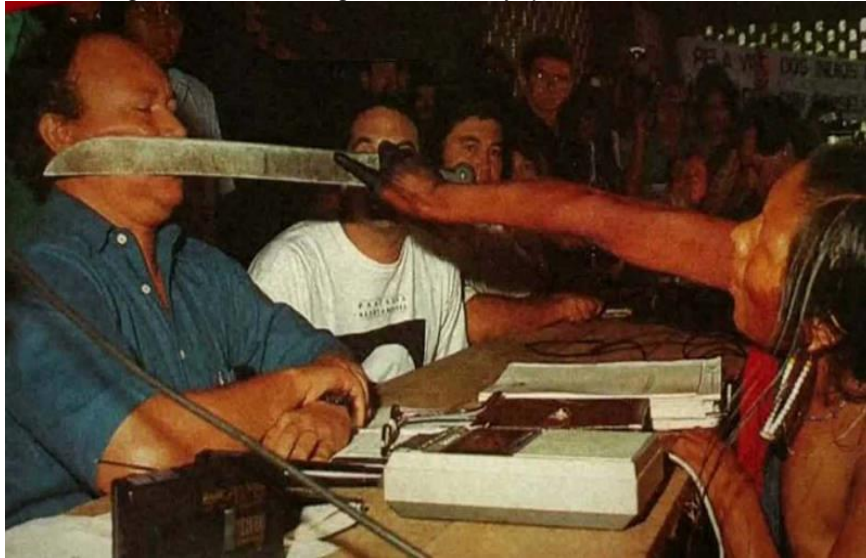


Foto: Paulo Roberto Jares Martins (1989)

O resultado deste projeto é que não houve transparência e participação da sociedade civil, o processo de licenciamento ambiental, iniciado em 2008, foi associado a graves atropelos da legislação brasileira e desrespeito às normas nacionais e internacionais sobre os direitos humanos e a proteção do meio ambiente.

Em 2010 o IBAMA concedeu a licença prévia, em junho de 2011 foram iniciados os trabalhos no canteiro de obras para construção da usina, o IBAMA concedeu a Licença de Instalação definitiva da UHE Belo Monte, com a instalação da obra, mesmo com o não cumprimento de todas as condicionantes da Licença Prévia e da Licença de Instalação Parcial. Em 2015 foi concedida a licença de operação da usina. Em 2019 a UHE Belo Monte estava concluída, sendo oficialmente inaugurada no dia 27 de novembro de 2019 (NUNES, 2021).

### 3.2– O TERRITÓRIO

O processo de territorialização, desterritorialização e nova territorialização na Volta Grande do Xingu e na cidade urbana de Altamira trouxe desastres irreparáveis e incompensáveis para a população atingida (MPF, 2023). “Os conflitos pela posse da terra têm ocorrido em todos os Estados e territórios do país, com exceção da Ilha

de Fernando de Noronha. Só na região agrícola que circunda a cidade de São Paulo, a menos de 100km do perímetro urbano, há vários litígios em tudo semelhantes àqueles que ocorrem nas remotas regiões amazônicas, nem mesmo faltando o jagunço [...] Em todos os cantos, camponeses ligados às terras por várias gerações viram-se repentinamente ameaçados ou expulsos, frequentemente submetidos a toda sorte de violências” (MARTINS, 1986, p11).

Os indígenas da etnia Kayapós atacavam os ribeirinhos na terra por todos os lados, os nordestinos que foram atrás da borracha, tornaram-se seringueiros, porém entre 1940 e 1960, foram aos poucos migrando para as ilhas à margem do Rio Xingu devido aos constantes ataques dos índios. Outros que nasceram em 1943 cresceram ajudando os pais com a borracha e foram seringueiros até a fase adulta mas, devido ao fim da borracha, a forma de ganhar a vida mudou para a pesca, e conseguem a carteira da colônia de pesca, mudando o estilo de vida tornaram-se Ribeirinhos (MAGALHÃES, CUNHA p. 44.).

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante, disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica, estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob acepção corrente de terra comum. (ALMEIDA, 1989, p. 163 apud CHAVES, 1986).

Segundo Chaves e Lira (2020) na zona rural amazônica, as comunidades são formadas com uma organização social que é reconhecida como tradicional. O reconhecimento de que é possível aliar conservação e modos de vida de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) desencadeou a criação dessas populações em seus territórios (SILVA, 2019). A conservação do ambiente se constituiu como referência fundamental na luta pelo território, a cultura extrativista obriga a conservação do ambiente, por isso a importância de preservar o modo de vida dos povos tradicionais, pois são eles um dos maiores responsáveis por manter a floresta em um movimento de preservação. Um exemplo são os dados divulgados constantemente na mídia de 2018 a 2020 o número de desmatamento em forma de queimadas aumentou em 130%.

### 3.2.1 Territorialização no Rio Xingú pós Belo Monte

As famílias que ficaram no beiradão, nome que os ribeirinhos dão às áreas nas margens e ilhas do rio (National Geographic, 2022), estão tendo uma dificuldade imensa de sobrevivência devido à vazão mínima do Rio destinado aos moradores. Os peixes pararam de se reproduzir devido a mudança de percurso de água do Rio, os que sobrevivem, estão com má formação, menores do que o usual. O ecossistema está abalado, e assim as espécies endêmicas. O pulso de inundação que alaga periodicamente a floresta, é responsável pela sincronia com o fluxo de reprodução de animais aquáticos e o ciclo de frutificação das árvores. As famílias tradicionais e originárias se alimentam explorando essa dinâmica que um dia foi natural, e hoje é um sistema frágil que fica inviável para sobrevivência sem que tenha que lutar pela água (MPF, 2023).

As comunidades que permaneceram próximo ao Rio Xingu, após a construção da barragem, perderam a capacidade de se locomover ou de se sustentar. As dificuldades de transporte na região agravam ainda mais a condição de penúria. Com a carência de peixes e sem rotas para escoar produtos agrícolas, que antes chegavam aos mercados pelo rio, ampliam a insegurança alimentar, hoje, infelizmente é algo que amedronta as famílias. Para entender melhor, o Ribeirinho não é só pescador, eles são agricultores, criadores, caçadores e extrativistas. A comida não é comprada, é dividida, praticam a ação da partilha. O que define a vida do ribeirinho e indígena é a sua história, e não sua casa, a vida dessas comunidades tradicionais e originárias é o rio que é parte de seu território (MPF, 2017).

### 3.2.2 Desterritorialização da População Atingida pela Barragem

Desde o começo do canteiro de obras em 20 de dezembro de 2011, uma área de 282,3mil hectares de terra tornou-se de utilidade pública (PASSOS, 2012). A partir de 2014 a Região do Médio Xingu viveu uma nova realidade, trazendo de forma severa, descontinuidades aos modos de vida da população local, mudando para sempre seus costumes. Segundo o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, houve o deslocamento compulsório de mais de 45mil habitantes e a migração de mais de 100 mil pessoas para a região de Altamira (PA).



De acordo com Nunes (2021) diversas famílias haviam sido desapropriadas e realocadas para Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), foram construídos no total cinco destes. Muitas famílias ficam separadas com a construção de uma barragem. Segundo o Relatório de Reconhecimento Social (RRS) a região do Arroz Cru foi a primeira região a passar pelo processo de expulsão das famílias.

Neste contexto, a usina hidrelétrica atingiu o espaço territorial dos sujeitos que ali residiam e diversas relações sociais foram interrompidas e desfragmentadas pela construção da usina hidrelétrica (NUNES, 2021). Logo, o conceito de espaço permite religar “o mental e o cultural, o social e o histórico” [...] Representações hegemônicas e espaços de representações interferem no que é vivido (LEFEBVRE, 1992).

A desterritorialização não é o fim dos territórios, mas pode ser entendida, de acordo com Haesbaert (2004), pela deterioração socioespacial, de uma pessoa ou grupo social. Aranha Silva (2007) observa que a territorialização dos empreendimentos leva a uma territorialização positiva para os capitalistas através da reprodução do capital, em detrimento da desterritorialização negativa de grupos subalternos. É notório que o sistema capitalista vigente nunca pretendeu realmente trazer melhorias e sim implantar modelos centrados em leis que permitem a apropriação de terras e preservam propriedades em suas mãos, não permitindo democratização e reintegração desta população na sociedade.

O movimento Xingu Vivo, contestou a mega desapropriação, equivalente a 282 mil campos de futebol. Isso não estava previsto no projeto original. Pela Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) Nº 11.062/2022, que declarou em 20 de dezembro de 2011 (REA 3.293/2011), uma área de 282.369,9718 hectares necessária à implantação do empreendimento (GUERRA, 2022), em três cidades do Pará, como sendo de “utilidade pública”, o consórcio de empresas que toca a obra da usina chamado Norte Energia, foi liberado a remover ribeirinhos, indígenas e pequenos agricultores residentes na região. Sendo essa retirada de forma amigável ou por via judicial invocando carácter de urgência. Segundo o Movimento Xingu Vivo em média 50 mil famílias foram removidas (PASSOS, 2012).

Referente ao Relatório do Processo Nº 48500.007066/2010-04 Voto da Declaração Pública complementar em favor da Norte Energia S.A. de áreas de terra necessárias à implantação da UHE Belo Monte, localizada no município de Vitória do Xingu, no estado do Pará, resolve se que:

## I – RELATÓRIO

2. Em favor da UHE Belo Monte foram emitidas Declarações de Utilidade Pública por meio das Resoluções Autorizativas nº 2.853, de 05 de março de 2011 (REA 2.853/2011), para uma área de 3.536,2587 hectares necessária à implantação de canteiro de obras, e nº 3.293, de 20 de dezembro de 2011 (REA 3.293/2011), para uma área de 282.369,9718 hectares necessária à implantação do empreendimento. Já a Resolução Autorizativa nº 7.154, de 10 de julho de 2018 (REA 7.154/2018), declarou de utilidade pública à área de 4,2747 hectares para fins do Reassentamento Urbano Coletivo Pedral (GUERRA, 2022).

Conforme consta no Relatório de Impacto do Meio Ambiente, (Rima) quem ficou responsável pelos estudos das comunidades, terras e áreas indígenas foi a empresa Themag, a Intertechne e Engevix. Já a Leme Engenharia ficou responsável pela realização do Relatório de Impacto do Meio Ambiente.

Próxima à comunidade que visitei, Volta Grande do Xingu, ficou o Sítio dos Diques que são barragens feitas de materiais diversos (pedra, terra, areia, madeira, alvenaria, concreto etc.), para desviar ou conter a invasão da água, na época as famílias já sabiam do projeto, e que teriam que ser desapropriados de seus territórios porque seriam todos inundados pela quantidade de água que ficaria presa naquela região devido aos diques barreiras que contêm a água.

Segundo o relatório do meio ambiente da empresa Themag responsável pelo documento, relata que o empreendimento afetaria parte dos territórios dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo.

O AHE Belo Monte vai provocar muitas mudanças ambientais na região da Volta Grande do Xingu e na vida das pessoas também. Vai ter mudanças na paisagem, no comportamento das águas do rio Xingu e dos igarapés, na fauna e na vegetação (LEME, 2009, p. 80).

De acordo com a revista Nera, no ano de 2000 foi contratada a Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP), da Universidade Federal do Pará, para a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para que a licença ambiental pudesse ser pleiteada na Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (SEVÁ FILHO, 2005). Em termos jurídicos essa ação continha falhas, porque não foi feita licitação para contratação da FADESP, o processo de licenciamento estava sendo conduzido na esfera estadual e não na federal conforme deveria ser realizado, e não havia sido feita a consulta aos povos indígenas previstas no artigo 231 parágrafo 3 da Constituição Federal (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005):

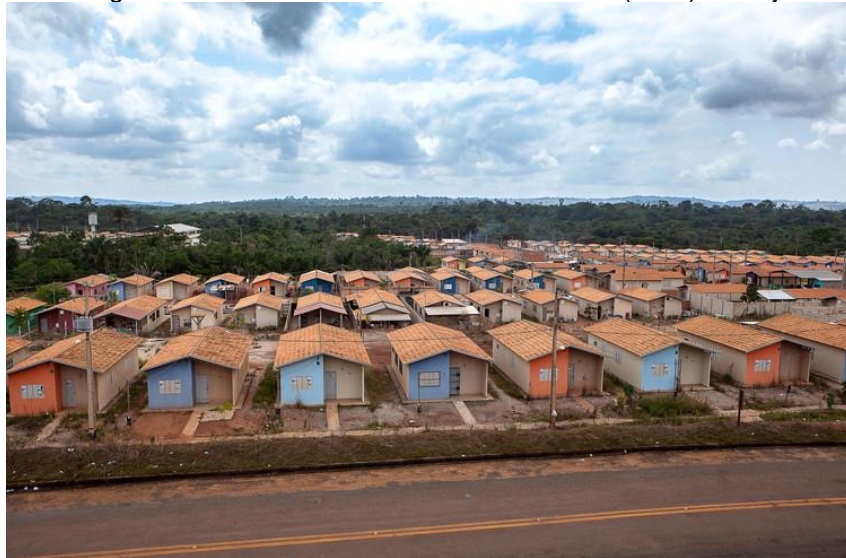
*§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (BRASIL, 2012).*

Famílias Indígenas e povos tradicionais foram forçados a abandonar suas casas e sua sobrevivência: a pesca. Enquanto isso a cidade de Altamira sofreu um período de crescimento populacional desorganizado, gerando problemas de ordem social e aumento da violência. A chamada cota 100 é o principal dado técnico para a definição da Área Diretamente Afetada Urbana (ADA) referente às áreas de proximidades do Rio Xingu e dos três igarapés de Altamira, Panelas e Ambém. Trata-se da área da qual as pessoas deveriam ser removidas e indenizadas na forma escolhida, podendo ser em dinheiro, carta de crédito ou a partir de uma nova casa em um Reassentamento Urbano Coletivo (RUC). Muitos não aceitavam opções de carta de crédito que eram inviáveis para comprar outro terreno e fazer outra casa. A realidade é que o preço dos imóveis na cidade de Altamira aumentara muito (NETO, 2021)

### 3.2.3 Reassentamentos em Altamira

Foram construídos 6 Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) sendo eles RUC Água Azul, Casa Nova, Laranjeiras, Jatobá, São Joaquim e Tavaquara. Na figura 27, refere-se ao RUC Laranjeira. Inicialmente cadastrou 5.141 ocupações consideradas atingidas, mas contratou a construção de apenas 4.100 casas. Note-se, ainda, que há famílias que denunciam sequer terem sido cadastradas (ISA, 2015, p. 12).

Figura 27 Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Laranjeira.



Fonte: @Lilo Clareto (2018)

As casas nos RUC são de concreto (incluindo todas as paredes), moldadas com fôrmas de alumínio — uma alternativa viável à empresa construtora por acelerar o processo de construção e reduzir a mão de obra. A escolha, porém, gerou polêmicas por se diferenciar do padrão construtivo local (alvenaria de tijolos). Muitos habitantes reclamam até hoje de fissuras nas paredes e de dificuldades de adaptar o imóvel às suas necessidades (NETO, 2021).

No RUC Laranjeiras, tem um pequeno cais para os pescadores poderem acessar o rio através de um córrego, porém o caminho é longo até o Rio Xingu, o canal é muito raso e o espaço para atracar as embarcações é precário e sempre ocupado. As voadeiras deixadas no porto coletivo são furtadas o que no antigo local à beira do Rio Xingu isso raramente acontecia (NINNO, 2022).

Pessoas que viviam do rio tiveram sua forma de vida drasticamente alterada sem nenhuma perspectiva de melhora. As pessoas estão vivendo um desânimo sem sequer se revoltar, perderam as forças ou têm medo de retaliação. Andrea Barreto promotora da Defensoria Pública do Estado do Pará enxerga a situação de abandono das famílias atingidas em Volta Grande do Xingu como um crime. Alguns Ribeirinhos tiveram uma oferta da Norte Energia de morar no interior, num lugar mais afastado, em vez de morar em Altamira, ficaria numa área sem acesso ao rio no Travessão 27, onde foi construída uma estrada para dar acesso à barragem do Sítio Pimental. Alguns recorrem ao Conselho de Ribeirinhos e a Defensoria Pública para a aquisição de uma nova área e no caso descrito por Ninno (2022), um

pescador conseguiu um espaço dentro de uma fazenda a 150 metros da margem do Xingu. Os Ribeirinhos reclamam que não são de viver longe da água.

Na reunião em Brasília, o IBAMA reconheceu as limitações no processo de reassentamento e assumiu a necessidade de revisão a partir das diretrizes deliberadas pelo Conselho Ribeirinho onde eles alegavam o seguinte argumento: “Queremos um território, não um loteamento – Gilmar da Silva Gomes” (ISA, 2018)

Segundo Ninno (2022), em 2022 ainda havia 212 famílias aguardando o processo de reassentamento ou de revisão de áreas. São cerca de cinquenta pontos sem moradores, que estão abandonados porque os moradores não se adaptaram com o novo estilo de vida.

O Relatório de Reconhecimento Social Ribeirinhos (RRSR) explica sobre o Conselho Ribeirinho no dia 13 de janeiro e 4 de fevereiro de 2017, priorizou a identificação das famílias que moravam no Beiradão e que não estavam inclusas no processo de realocação da Norte Energia. Para fazer a identificação para o reassentamento, o critério dos povos tradicionais para identificar quem tinha direito através do Conselho Local de Ribeirinhos, era por conhecimento do indivíduo pela comunidade. Uma das características para ser classificado como Ribeirinho é o campesinato amazônico, o grupo doméstico detém a posse ou propriedade dos meios de produção e trabalha conjuntamente com a família ou membros da comunidade.

Os reassentamentos rurais oferecidos não são adequados ao plantio, pois a terra é arenosa e muito quente, devido à degradação ambiental. Consequentemente, nota-se que as famílias reassentadas não conseguiram reproduzir neste ambiente árido seu modo de vida tradicional de agricultura familiar. Por isso precisam comprar os produtos básicos para a alimentação no centro urbano com preços altíssimos, já que não podem encontrar peixe ou ir à caça. Além disso há o gasto com combustível e as contas do lote (energia, água, impostos etc.).

### 3.3 RIO XINGU

O Rio Xingu nasce no Mato Grosso e desagua no Amapá precisamente no Rio Amazonas. É dividido em Alto Xingu, Médio Xingu e Baixo Xingu, os Xinguanos tradicionais sempre viveram dentro do Alto e Médio Xingu. No Alto Xingu temos o Rio Ferro, o Culuene e o Sete de Setembro. Entra no Parque Indígena do Xingu,

onde recebe outros importantes afluentes como o Suiá-Miçu, Manissaua-Miçu e Arraias. No Médio Xingu, recebe entre outras, as contribuições do Rio Fresco, no município de São Félix do Xingu, e mais a jusante, do Rio Iriri, o afluente mais importante do Xingu, no Baixo Xingu, o rio recebe a contribuição de outro grande afluente, o Rio Bacajá, e após um trecho com muitas corredeiras, se abre em um lago, até sua foz no Amazonas. A parte que nos cabe a pesquisa fica localizada no Meio Xingu.

A Floresta Amazônica possui a maior biodiversidade do mundo e ainda é lar de grande parte dos povos indígenas. Desde 2000 a UNESCO sigla para Organização das Nações Unidas, consideram Sítios do Patrimônio Natural áreas protegidas da Amazônia Central. A floresta Amazônica é a maior floresta tropical em toda a extensão mundial, porém, dia após dia estamos perdendo a mata virgem com muita rapidez, o que também resulta na redução dos rios.

Atualmente um trecho de 130km do Rio Xingu está condenado, 80% do percurso do rio foi desviado, a pesca está cada vez mais difícil, pois os peixes morrem entre as pedras quando procuram alimentos, os banhos podem provocar doenças na pele, a navegação se tornou quase impossível e perigosa, os moradores que ficaram em suas margens, vivem com o medo de sofrerem um afogamento pela possível inundação que pode ser causada por um rompimento na barragem. Ao navegar também é perigoso o barco bater em uma árvore porque elas foram afogadas e todos os galhos que estão na água estão podres, muito difícil de se salvar se o barco afundar porque não se tem onde apoiar (NINNO, 2022).

Em 2019 ao finalizar a obra da usina, o que se viu foi muita tristeza no comportamento dos moradores da região, segundo a procuradora dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat que disse ao representante da Norte Energia José Hilário Farina Pontes, o Rio Xingu tinha muito movimento, com barcos e canoas passando o tempo todo, as pessoas brincavam nas margens antes da barragem ser construída e depois dela é só a triste lembrança e não há mais alegria nas margens do Rio.

Desde que a hidrelétrica entrou em operação, a concessionária Norte Energia vinha adotando um regime de liberação de águas para a Volta Grande chamado de “hidrograma de consenso”. Esse hidrograma, de mudanças radicais na vazão de água, em especial na estação chuvosa, estava sob testes durante esses seis anos, mas já se provou uma tragédia na vida dos ribeirinhos e indígenas (MAB, 2021).

Há agora uma disputa em torno desse hidrograma: de um lado, estão a Norte Energia e seus acionistas, o Ministério de Minas e Energia, a Aneel e as empresas do setor elétrico em geral. Em tom de ameaça, eles dizem que, se Belo Monte liberar mais água para a Volta Grande, menos energia será gerada, logo as tarifas vão subir e há risco de insegurança energética. De outro lado, estão os atingidos, os indígenas do Médio Xingu, os movimentos sociais, o Ministério Público Federal e dezenas de especialistas. Resta saber como o Ibama vai se posicionar (MAB, 2021)

A procuradora, culpa a empresa Norte Energia de controlar o rio, controlar a sede e a forma de vida na região, e de fato isso é inaceitável. É evidente uma precarização dos direitos humanos. Não há planos de emergência, proteção ou contingência na Volta Grande do Xingu. O rio não tem mais condições de navegação e os travessões são perigosos e até intrafegáveis. Desde que foram expulsos de Volta Grande, os ribeirinhos lutam para regressar com dignidade para a beira do Xingu.

O desvio de águas do Rio Xingu (PA) por Belo Monte foi devastador para a vida dos moradores e seres vivos da região de Volta Grande do Xingu e para piorar a situação a monitoria de Belo Monte não monitora a área como deveria ser, por isso, a população indígena criou o Monitoramento Territorial Ambiental Independente da Volta Grande do Xingu (MATI-VGX).

O cientista Jansen Zuanon profissional especialista em peixes amazônicos descobriu através de suas pesquisas que oito mil metros cúbicos por segundo é a quantidade de água que condena centenas de espécies de peixe à morte, por não conseguirem se reproduzir, mata 70% da floresta alagável da região e tira a proteína da mesa dos habitantes de Volta Grande (PALMQUIST, 2022). Parte da vegetação local foi destruída e outra parte alagada. A barragem impediu a população ribeirinha e indígena de navegar em partes do rio, há também a formação de pequenos lagos com água parada, que podem contribuir para a difusão de doenças como a malária.

O MATI VGX, no dia 8 de fevereiro de 2023 com um grupo de pesquisadores indígenas Ydjá (Juruna) da Terra Indígena Paquiçamba, acompanhados de cientistas, foram até um local na margem do Xingu, uns quatro quilômetros acima da aldeia Muratu, e encontraram uma carnificina, eram milhões de ovas de peixes na grande maioria curimatás, mortos nos barrancos secos, não foram capazes de dar vida a outros peixes, todas as ovas mortas, os indígenas se comoveram e choraram (PALMQUIST, 2023).

## 4. MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são importantes representações de comunidades que lutam contra aquilo que eles não querem que aconteça a eles e às pessoas ao seu redor, é um trabalho coletivo de apoio mútuo em prol de um único objetivo, daquilo que acreditam como verdadeiro, como estilo de vida. O plano do Estado em agir sem a participação social das comunidades facilitou o programa em abrir portas para uma desordem social gerando inúmeros problemas sociais na vida dos moradores e na saúde mental dos afetados pela barragem, e por isso a importância do movimento social para fazer acontecer leis que consolidam direitos humanos e que protejam o meio ambiente.

O processo de criminalização dos movimentos sociais combina-se com outras estratégias adotadas pelas classes dominantes como, por exemplo, a cooptação e a violência, com vistas a bloquear as lutas sociais por direitos (ESCRIVÃO FILHO, 2009). O envolvimento de ONG's, setor público e movimentos sociais, ajudou a conformar uma consciência ambiental que abarcava a noção de impacto [...] (RIBEIRO;SAUER,2012).

As comunidades tradicionais que começaram a ganhar visibilidade e reconhecimento de seus direitos a partir da década de 80, começaram a se organizar politicamente, questionando sua expulsão de áreas que pertenciam aos seus antepassados e que forneciam recursos naturais usados como principal fonte de reprodução social. Segundo Diegues (2001), essas resistências são frutos da reorganização da sociedade civil brasileira por meio dos seguintes elementos: 1) os movimentos sociais; 2) o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo; 3) a emergência e proliferação de ONG, no âmbito nacional e internacional; 4) o reconhecimento, em âmbito internacional, da importância dessas comunidades para a conservação ambiental (CHAVES, 2016,p.70)

### 4.1 Instituto Raoni Metuktire

O fundador do Instituto Raoni (IR) é o grande líder indígena Raoni Metuktire (figura 28), que nasceu e se criou na Floresta Amazônica, foi indicado pelo seu pai, a atuar na luta contra a soberania dos povos brancos, e hoje ele luta contra a ampliação da usina de Belo Monte entre outros dilemas que a floresta e seu povo vêm enfrentando:



Figura 28 Liderança Raoni Metuktire – INSTITUTO RAONI



Fonte Mídia Ninja

O Instituto Raoni (IR) que tem como ideologia o cuidado com o território, proteção à natureza e à liberdade de poder expressar sua própria cultura. O IR faz a monitoria do território visando detectar atividades ilegais e apoia a manutenção de brigada indígena anti-incêndio. Atua nas áreas de gestão territorial e ambiental, cultura, atividade econômica sustentável, fortalecimento institucional e político, além de capacitação para este trabalho.

O fundador do Instituto é nascido em 1932 líder indígena da etnia Kayapó viaja por várias partes do mundo em defesa de sua luta para proteger seu território e estilo de vida na Floresta Amazônica. Ele também é um dos líderes do Encontro dos Povos Mebengokrê e lideranças indígenas do Brasil. O objetivo do encontro é unir força às vozes dos povos indígenas brasileiros. No dia 1 de janeiro de 2023, Raoni participou da cerimônia de posse de Luiz Inácio Lula da Silva eleito presidente do Brasil, e subiu a rampa do Palácio do Planalto junto a Lula e outros indivíduos representantes de diversos grupos sociais.

#### 4.2 Movimento Xingu Vivo Para Sempre

No caso de movimentos sociais na cidade de Altamira, podemos citar Antônia Melo líder do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, conforme figura 29.

Figura 29 Líder Ribeirinha Antônia Melo – ONG Xingu Vivo



Fonte: Amazon Watch

O Movimento promove o debate entre especialistas e representantes de órgãos de defesa dos direitos humanos, colhe, sistematiza e encaminha as denúncias nas comunidades ameaçadas, para órgãos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, faz campanha de comunicação audiovisual e escrita, acompanha principalmente casos de desapropriação compulsória e de indenização irregular de forma coletiva. Apoiar e realiza audiências públicas para encaminhamento de denúncias, com a presença de representantes de órgãos do Ministério Público Federal e Defesa Pública do Estado.

A líder do Movimento é uma Ribeirinha, natural do Ceará vive em Altamira desde os três anos de idade, atualmente também é líder do recém-criado Mulheres do Xingu. Antônia é símbolo de luta contra a Usina de Belo Monte, que ela chama de “Belo Monstro”. Estudou o magistério e foi professora por dois anos no ensino fundamental e atualmente se dedica integralmente à causa ambiental. Mãe de cinco filhos, viu sua família sendo empurrada para um bairro mais distante e com pouca estrutura. Pois todas as famílias que viviam nas redondezas à beira do Rio Xingu em Altamira, tiveram suas terras inundadas. Hoje em dia Antônia, luta contra um novo monstro: a mina de ouro de Belo Sun. Antônia reclama que primeiro foi a hidrelétrica e agora a mina (JACOBS, 2020), ambos causando danos irreversíveis ao Rio Xingu e à vida dos moradores.

### 4.3 Conselho Ribeirinho

O Conselho Ribeirinho começou a atuar no final de 2016 criou o Relatório de Reconhecimento Social (RRS) realizado através de um processo de identificação comunitária. Entre janeiro e fevereiro de 2017, em Altamira, o conselho se reuniu sete vezes para narrar e registrar as histórias das pessoas que, habitavam na área de Palhal, Cotovelo, Paratizinho, Trindade, Paratizão, Arroz Cru, Costa Júnior, Bacabal, Meranda, Pedão, Arapujá, Bom Jardim e Poção (MPF, 2017).

Os moradores Indígenas da Volta Grande do Xingu têm papel importantíssimo nos movimentos sociais, criaram também o Monitoramento Ambiental Territorial Independente (Mati) iniciado na aldeia e o coordenador é Josiel líder indígena de Volta Grande do Xingu na aldeia Muratu.

### 4.4 Movimento Ecosocialista

O Ecosocialismo é um movimento social e um campo de discussão filosófica acerca de um projeto de sociedade que se baseia nos princípios do trabalho livre, consciente, associado e universal, e na defesa da unidade dialética de complementaridade da relação ser social/natureza. As teorias construídas por Marx e Engels possibilitaram a explicitação das contradições materialmente determinadas que o ser humano e a natureza concretizam sob o capitalismo, com base na reprodução do capital e no trabalho assalariado.

“O ecosocialismo tem como objetivo fornecer uma alternativa de civilização radical àquilo que Marx chamava de “o progresso destrutivo” do capitalismo. É uma escolha que propõe uma política econômica visando às necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico e, portanto, fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos. Os argumentos essenciais que o sustentam têm suas origens no movimento ecológico, assim como na crítica marxista à economia política. Essa síntese dialética – vislumbrada por um grande espectro de autores, de André Gorz a Elmar Altvater, James O’Connor, Joel Kovel e John Bellamy Foster – é ao mesmo tempo uma crítica à “ecologia de mercado” que se adapta ao sistema capitalista, e ao “socialismo produtivista” que fica indiferente à questão dos limites da natureza.”  
LOWY (2019)

Michael Lowy menciona que apesar do movimento ecosocialista ainda ser a minoria na política de esquerda, muitos grupos de países diversos, estão aderindo essa visão de vida, um desafio ainda em construção, diante dos grupos de oligarquia fóssil e empresas multinacionais do carvão, petróleo, gás, eletricidade, entre outros,

que mantém o poder por meio da propriedade e geração de capital, com a exploração de áreas imensas da natureza.

#### 4.5 Instituto Socioambiental (ISA)

Em matéria da Carta Maior publicada no dia 04/01/2012 é relatado que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) formalizou as desapropriações de terras para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Houve revolta em mais de 250 entidades nacionais e internacionais que foram contra a obra. Segundo ISA, (2012) “A construção da hidrelétrica foi uma das plataformas de campanha da presidenta Dilma Rouseff com investimentos para o desenvolvimento do programa de governo acelera Brasil”.

#### 4.6 Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)

O Movimento do Atingidos por Barragens é uma organização que se iniciou na década de 1980, com o objetivo de organizar os atingidos por barragens (antes, durante e depois da construção dos empreendimentos), reivindica um Projeto Energético com caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução.

Diversas categorias de atingidos pela barragem de Belo Monte, organizados no MAB, realizaram uma das maiores manifestações ocorridas em Altamira no período de construção da barragem. No dia 13 de março de 2014, em alusão à data de 14 de março que é considerado o Dia Internacional de Luta contra as Barragens, os grupos de atingidos ocuparam um dos trechos da Rodovia Ernesto Aciolly que dava acesso aos canteiros de obras da UHE Belo Monte.

Desde a manifestação do dia 13 de março, a partir das reuniões semanais entre as categorias de atingidos organizados no MAB a Casa de Governo de Altamira e a Norte Energia, a empresa Diagonal, a responsável pelo processo de realocação dos moradores das ADAs, começou a efetivar as primeiras mudanças de famílias para o RUC Jatobá. No entanto, os problemas e conflitos entre as categorias de atingidos e a empreendedora de Belo Monte não estavam resolvidos, pelo contrário, muitos outros problemas começaram a questionar os estudos e análises inclusos no PBA de Belo Monte. (MAB, 2014).

Portanto, são apresentados aqui um conjunto de organizações e movimentos que lutam diariamente juntos as populações tradicionais e ribeirinhas pela sua sobrevivência e, também preservação da natureza, no caso, da Amazônia.

## **5 – BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A QUESTÃO SOCIAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL**

Embora seja uma opção de energia elétrica, a implantação de uma hidrelétrica provoca alterações e transformações que ultrapassam o campo da natureza e atingem a sociedade no espaço rural e urbano.

Exemplo disto é a região de Altamira –PA 40 à km de Volta Grande do Xingu, apresenta uma grande diversidade de fauna e flora. O estudo de Impacto Ambiental prevê que a região é contemplada por 174 espécies de peixes, 387 espécies de reptéis, 440 espécies de aves e 259 espécies de mamíferos, sendo que algumas espécies só ocorrem naquela região.

A fauna aquática no trecho de 130 kms sofreu impacto com a redução do Rio Xingu, podendo causar perda irreversível em centenas de espécies que com a velocidade de maré alta e baixa pelo descontrole das mudanças causadas pela barragem, não permite que os peixes se movimentem tão rapidamente assim, e muitos morrem em cima de pedras ou na ilhas mais altas e quando a maré abaixa eles são encontrados mortos, essas informações foram coletadas no Seminário Técnico de Volta Grande do Xingu na MPF em 2023 por indígenas e ribeirinhas que fazem parte do Monitoramento Territorial Ambiental Independente (MATI) que teve início em 2013.

Em 2016 segundo o Instituto Socioambiental 16 mil toneladas de peixes morreram, após a vazão reduzida, e parte de Altamira próximo às margens do rio foi alagada. A usina de Belo Monte destruiu não apenas moradias, mas também a base do modo de vida e dificultou o acesso nas redes de parentescos, prejudicou os modos de produção e a própria base dos modos de vida e de significação dos indígenas ao avançarem sobre seus lugares históricos e sagrados.

“As comunidades tradicionais na Amazônia, constituem-se como relações sociais não capitalistas, haja vista que se observa de modo empírico na Amazônia, a resistência sociocultural dessas comunidades tradicionais” [...] entende se a necessidade de analisar a cultura das comunidades tradicionais da Amazônia, tendo

em vista que estas possuem um sistema cultural que não dissocia o homem da natureza, o que permite o manejo do ambiente sem a degradação dos recursos naturais a partir do etnoconhecimento” (CHAVES, 2016, p.69).

Estas referências acerca do território indicado e das comunidades tradicionais, demonstram a pertinência desta problemática ser estudada e considerada no âmbito da formação e exercício profissional pelo serviço social.

Vale considerar que a consolidação dos movimentos sociais constitui, desde os anos 65, um dos pilares do trabalho profissional, qual seja, a direção política pela participação e democratização da sociedade, hoje, princípios do Código de Ética do/a Assistente Social no Brasil.

Este reconhecimento dos movimentos sociais somam-se as diferentes lutas políticas travadas diariamente pelo serviço social. Tanto é que encontramos a referência do Conselho Federal de Serviço Social no dia 17 de abril de 2015 (ADJUTO, 2015), divulgou uma nota de movimento atingido pela construção da Usina de Belo Monte, onde um grupo de mulheres denuncia violações de direitos e ameaças sofrida. A entidade responsabiliza a Norte Energia, a Polícia Militar, a Presidenta Dilma Rouseff (PT) e o Governador do Pará, Simão Jatene (PSDB).

Considerando que o serviço social toma como pressuposta a compreensão da Questão social, podemos indicar que segundo Chesnais e Serfati (2003), não será pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural que o capitalismo estará em perigo e destruirá suas próprias condições de reprodução e de funcionamento enquanto capitalismo, haja vista que:

*É nos fundamentos das relações de propriedade e de dominação capitalistas que se situam as origens de sua relação com os recursos naturais e a biosfera. Se destruir ou danificar gravemente o ambiente natural, não decorre daí que o capital ponha em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e até a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação [...] os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais que a ele estão ligadas, têm os meios tanto para fazer suportar as consequências dessa destruição às classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a “gestão de recursos que se tornaram raros” e a “reparação das degradações” em campos de acumulação (em “mercados”) subordinados ou subsidiários (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 26).*

Particularmente, sobre o território aqui tomado como objeto de estudo, em Seminário Técnico sobre o Futuro de Volta Grande do Xingu, realizado no dia 14 de março de 2023, no auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal do Pará liderado pela Dra. Thais Santos, o já citado professor Jansen Zuanon, que atua no Instituto Nacional de Pesquisa (INPA) trouxe uma panorâmica dos impactos sócio ecológicos sofridos na Volta Grande do Xingu. A intenção do seminário foi contribuir com dados científicos sobre os efeitos causados nos aspectos socioambientais da população que está vivendo na beira do Rio em locais onde houve a seca devido ao desvio do Rio que foi para as turbinas da usina hidrelétrica de Belo Monte. No seminário houve a participação de diferentes representações com testemunho, mapas e fotos de pessoas que vivem na região além de professores que trazem um depoimento técnico da região:

*Os hidrogramas são desastrosos do ponto de vista socioambiental e eles projetam uma tragédia para o futuro da região de Volta Grande do Xingu e para as pessoas que ali vivem. Os hidrogramas como tem sido implementado até momento são incapazes de manter a integridade funcional naquele sistema, que é extremamente riquíssimo e ao mesmo tempo muito frágil [...] os projetos e programas de mitigação desenvolvidos como parte dos estudos complementares pela concessionária não tem base conceitual ecológica suficiente para que tenham sucesso e não tem escala adequada pra mitigar os problema, também esperamos demonstrar que é inaceitável lidar com a mitigação desses impactos que são muito graves através de procedimentos experimentais, muitos desses procedimentos das medidas mitigadoras são descritas explicitamente como experimentais, ao mesmo em que a tragédia que desenvolve na Volta Grande do Xingu é real e cotidiana, não dá pra tratar isso como medidas experimentais e de sucesso altamente duvidoso (MPF, 2023).*

Qual seria o impacto da abordagem da questão socioambiental nas disciplinas e no exercício profissional do Serviço Social? Estamos enfrentando a rápida progressão de degradação do impacto no meio ambiente e esta é marcada pelo aumento e expansão do meios de produção do capitalismo. Alguns destes efeitos são os deslocamento de pessoas por falta de alimentos, água ou habitação (Alston e Kent, 2004; Besthorn e Myer, 2010 apud Fernández e Posada, 2020 p. 155). São mecanismos de acumulação do capitalismo que geram empobrecimento [...] ou o aumento de mortes de grupos vulneráveis relacionada com problemas de saúde (Lam, 2007 apud Fernández e Posada, 2020 p. 156).

Do ponto de vista do serviço social, alguns autores centraram as suas reflexões no estudo do impacto social do aquecimento global e nos seus elevados

custos em larga escala para as famílias e as comunidades (Alston e Besthorn, 2012; Coates e Gray, 2011; Dominelli, 2012 apud Fernández e Posada, 2020).

Nos estudos aqui feitos, foi identificado que atualmente no Serviço Social Eco-crítico vem acontecendo aproximação com a temática ambiental e se expandindo nas últimas décadas desde 1980. FERNANDÉZ (2020 p.159) aponta que existem autores internacionais apontando debates tais como: ênfase no serviço social ecológico (ecological social approach in social work) utilizado por autores como Närhi (2004) ou Peeters (2012b); (ii) serviço social profundamente ecológico (deep ecological social work) de Besthorn (2003, 2012); (iii) serviço social eco-espiritual (eco-spiritual social work) em autores como Gray e Coates (2013); (iv) serviço social verde (Green social work) em Dominelli (2012); (v) serviço social socio-ecológico (Social ecological Social work) em Peeters (2012); (vi) ou serviço social ambiental (environmental Social work) utilizado por Gray, Coates e Hetherington (2013).

SCHMITZ e CARDOSO (2017 p.3), mencionam os autores Freitas e Nunes (2014) que ressaltam a importância da atuação do assistente social nos desdobramentos da Questão Socioambiental, as situações de remanejamento comumente envolvem conflitos de interesses entre população afetada, governo e construtoras. Apontam que a presença do/a assistente social pode contribuir para viabilizar a participação da população na tomada de decisões. Outra referência foi Marques (2011 p.5) que resalta a necessidade de realizar discussões sobre as atribuições dos assistentes sociais no âmbito dos desastres socioambientais, de modo a estabelecer uma base legal que direcione a ação.

No âmbito destas novas demandas, registre-se que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que o direito de consulta prévia dos povos indígenas por Belo Monte foi violado. Em decisão do dia 1º de Setembro de 2022, Alexandre de Moraes, do STF, reconheceu que o direito dos povos indígenas do médio Xingu a serem ouvidos sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte foi violado. É a primeira ação sobre o barramento do Xingu, que chega ao STF, e é a segunda vez que a corte se pronuncia sobre o direito de autodeterminação e também de consulta aos povos indígenas previstos tanto no artigo 231 da Constituição brasileira quanto na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que vem atuando desde 2004.

O Meio Ambiente não está separado dos demais campos, mas tem relação direta com Saúde, Saneamento, Habitação, dentre tantas outras áreas. O artigo 225



da Constituição Federal estipula que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.” Porém em se tratando de políticas públicas relacionadas ao Serviço Social atuando no Meio Ambiente verifica-se a ausência de Assistentes Sociais nos órgãos públicos responsáveis pela implementação de Políticas Ambientais (Macedo, 2009 p.7).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a Floresta Amazônica e seus povos guardiões têm uma importância essencial para o equilíbrio do planeta, a pesquisa realizada neste Trabalho de Conclusão de Curso teve como proposta o estudo dos impactos habitacionais e territoriais nas comunidades Ribeirinhas e Indígenas em relação à construção da terceira maior usina hidrelétrica do mundo, a usina de Belo Monte em Volta Grande do Xingu no estado do Pará, Brasil.

Foi possível estudar e compreender criticamente o valor do território para a sociedade capitalista, mas também, o sentido deste para os povos indígenas, existe uma ligação espiritual que eles chamam respeitosamente de Mãe Terra porque ela provê o sustento para a vida, sendo o território cultuado e preservado por eles. Já no contexto da geografia é sobre o espaço delimitado pela posse e por fronteiras. Na biologia é sobre o estudo das espécies de fauna e flora impactadas no pós-barragem. Na antropologia desenvolve-se uma abordagem sociológica ao redor do território o que permite pensar as relações entre poder, cultura e organização social.

As demandas do Serviço Social na área Ambiental são associadas a antigos problemas da sociedade, como conflitos gerados pela injustiça e desigualdade social e pelo não cumprimento das leis que regem as demarcações de terras, além de novas ações como o Marco Temporal, no qual o Supremo Tribunal Federal pretende enunciar que apenas teriam direitos sobre as terras aqueles que já as ocupassem no marco do dia 5 de outubro de 1988 – que foi o dia da divulgação da nossa mais recente Constituição Federal.

Com o passar dos tempos, novos problemas vão se agregando, como o aquecimento global, desastres ambientais, destruição das florestas, escassez de água e de recursos naturais, entre outros.

Portanto para preparar assistentes sociais capacitados nessa área é necessária uma boa formação acadêmica no Serviço Social, que deva incluir disciplinas obrigatórias relacionadas ao Meio Ambiente e a Questão Socioambiental no currículo de aprendizagem.

No âmbito acadêmico, juntamente com os órgãos públicos, ainda não é admitida a relação de todas as áreas estarem ligadas ao Meio Ambiente. Por isso é tão importante as ações do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do

Pará, pois estão sendo imprescindíveis para que algumas reparações judiciais aconteçam em Altamira.

É neste cenário que esse Trabalho de Conclusão de Curso, visa conscientizar sobre a urgência em aplicar rigorosa fiscalização nas leis já consolidadas sobre proteção do meio ambiente e a demarcação de terras de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Não é uma tarefa fácil ou simples negociação, pois há muitos interesses comerciais na Amazônia, e a maioria do que é tirado de lá é exportado a outros países, continuamos a ser fornecedores de matérias primas, mas até quando a terra vai aguentar tanto consumismo?

As relações de conflitos sociais e econômicos são baseadas em grupos dominadores, que oprimem moradores de comunidades e exploram a natureza desmedidamente, e conseqüentemente tiram a comida do prato dos moradores e ex-moradores atingidos, além de poluir a água de muitos povos tradicionais da zona rural da Amazônia, originando a insegurança alimentar, a extrema pobreza e a retirada total do bem-estar social.

De acordo com as pesquisas, os artigos da CF/88 só são respeitados quando são favoráveis aos interesses do Estado como no parágrafo 6 do artigo 231 da CF/88, que legitima o governo a usar as terras da união para exploração do solo, sem correrem o risco de serem processados. Em contrapartida, o parágrafo 3 do artigo 231 da CF/88 menciona o direito das pessoas afetadas de serem ouvidas, porém na prática isso não aconteceu.

Sobre a questão social na contemporaneidade, Iamamoto (2007 apud Macedo) questiona a tendência ao reducionismo desta categoria. Ressalta a dimensão do universo de totalidade da questão social, que compreende múltiplas dimensões, que não pode ser reduzida à exclusão ou à pobreza. É necessário aprofundar a discussão acerca do exercício profissional do (a) assistente social e analisar a diversidade categorial e conceitual da profissão (SARMENTO, 2013) o que também implica a questão socioambiental.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Francisco A.F; POSADA, Xoán L. **Serviço Social e Sustentabilidade: A abordagem ambiental como quadro de intervenção dos assistentes sociais**. Revista de Ciências Sociais Configurações, 2020.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito**. In: CASTRO, Edna Maria Ramos; HÉBETTE, Jean (Org.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- ALSTON, Margaret e KENT, Jenny, **Social impacts of drought: A report to NSW Agriculture, Wagga Wagga**, , Centre for Rural Social Research, Charles Sturt University, NSW, 2004.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**; tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.
- BENATTI, José H. ; SILVA, Antonio F. Cunha. **Direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais e a Lei de regularização fundiária**. Instituto Heinrich Boll Stiftung, 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**, [2012]. <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-8-capitulo-8-artigo-231> (acessado em 10/06/2023)
- CHAVES, MARIA, P.S.R.; LIRA, TALITA M. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 317-326, maio/ago. 2020
- CHESNAIS, F.; SERFATI, C. **“Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. Crítica Marxista, São Paulo, nº 16, p. 39-75, 2003.
- CHIZZOTTI, Antônio. Coleta de dados quantitativos e coleta de dados qualitativos. In: CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 51-68; 89-108.
- CORNETTA, Andrei; RÊGO, Josoaldo. **Uma geografia política do ouro: sobre fronteira, garimpeiros e despossessão na Volta Grande do Xingu**. Revista GEOgrápia, vol.23,n.50,2021.
- ESCRIVÃO FILHO, Antonio Sergio; FRIGO, Darci. **A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais**: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça. Conflitos no campo Brasil, 2009.
- FERNANDÉZ, Francisco Xabier Aguiar; POSADA, Xoán Lombardero - **Serviço social e sustentabilidade: A abordagem ambiental como quadro de intervenção dos assistentes sociais**. Revista Configurações, vol. 25, 2020, pp. 154-169
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, p. 67, 2000.
- FREIRE, L. M.; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. **Implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense**. In: Soc. Nat. | Uberlândia, MG | v.30 | n.3 | p.18-41 | set./dez. 2018 | ISSN 1982-4513.

FUCHS, Vanessa Boanada. **Blaming the weather, blaming the people: sócio-ambiental governance and a crisis attitude in the Brazilian Electricity Sector**, 2016.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. **Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Defesa dos direitos dos povos do rio Xingu violentados pela barragem de Belo Monte**. 2013.

GUERRA, Hélio N. 2022. Agência de Energia Elétrica ANEEL. Voto. 2022. [https://www2.aneel.gov.br/cedoc/area202211062\\_1.pdf](https://www2.aneel.gov.br/cedoc/area202211062_1.pdf) (Acessado em 01/05/2023).

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia, Campinas, n.17, p.19-46, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística|v4.6.41.2. 2023 (acessado em 30/04/2023)

ISA – Instituto Socioambiental – **Governo faz mega desapropriação em Belo Monte e revolta entidade**. Carta Maior 04/01/2012. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/109703> (acessado em 28/04/2023).

JACOBS, Claudia Silva. #Colabora – **Jornalismo Sustentável** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 14) – Economia Verde. 31 março 2020. <https://projetcocolabora.com.br/economia-verde/antonia-melo-querreira-do-xingu/> (acessado em 17/04/2023).

KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano (orgs.) **Desnaturada: cultura e natureza**. / Organização de Ailton Krenak e Fabiano Piúba. – Fortaleza: Secult/Ce, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEME. Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. v.6. Agência Senado, 2009.

LOWY, Michael. Blog Racismo Ambiental. **Ecossocialismo, democracia e nova sociedade**, 2019. <https://racismoambiental.net.br/2019/08/11/ecossocialismo-democracia-e-nova-sociedade-por-michael-lowy/> (acessado em 15/06/2023)

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens**. São Paulo: MAB, 2013.

MAB **Belo Monte Ferida Aberta no Xingu**. Coletivo Nacional de Comunicação do MAB, 2021.

MACEDO, Maria Katarina da Silva. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Serviço Social e Questão Ambiental: uma análise da crise ambiental e seus desdobramentos na sociedade e no meio profissional**. UFMA, 2009

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)** : [livro eletrônico] /– São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. : il. <http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/a-expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc/> (acessado em 01/06/2023).

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã. Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MPF (Ministério Público Federal) **Ribeirinhos expulsos por Belo Monte apresentam lista de moradores que devem voltar ao Xingu**. Belém/PA. 2017.

MPF (Ministério Público Federal) **O Futuro da Volta Grande do Rio Xingu – Seminário Técnico**, 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=51VAcEW29hc> (acessado em 16/05/2023)

NETTO, José Queiroz de Miranda. **As transformações Urbanas em Altamira Pós uma Década de Belo Monte**. Revista das Humanidades Ambientais: Amazônia Latitude, 2021. <https://www.amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/> (acessado em 30/05/2023)

NINNO, Lucas. **Ribeirinhos removidos por Belo Monte ainda lutam por reparação**. Revista National Geographic / 26/04/2022. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2022/04/ribeirinhos-removidos-por-belo-monte-ainda-lutam-por-reparacao> (acessado em 01/06/2023)

NUNES, Patrícia Barbosa. **Belo Monte e a extinção dos baixões de Altamira-PA: A difícil territorialização dos reassentamentos no RUC São Joaquim**. UFRS, Porto Alegre, 2021.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**; Brasília - DF: ABA, 2014 [http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Belo\\_Monte\\_Questao\\_Indigena\\_-\\_Joao\\_Pacheco\\_de\\_Oliveira\\_&\\_Clarice\\_Cohn.pdf](http://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Belo_Monte_Questao_Indigena_-_Joao_Pacheco_de_Oliveira_&_Clarice_Cohn.pdf) (acessado em 10/06/2023)

PALMQUIST, Helena. **O peixe ficou analfabeto de Rio**. SUMAUMA JORNALISMO. Direitos da Natureza.. Altamira, 2022. <https://sumauma.com/belo-monte-peixe-ficou-analfabeto-de-rio/> (Acessado em 01/06/2023).

PALMQUIST, Helena. SUMAUMA JORNALISMO. Direitos da Natureza. **Berçário de peixes é transformado em cemitério por Belo Monte**. Belém do Pará, 2023 <https://sumauma.com/o-dia-em-que-os-yudja-encontraram-um-bercario-de-peixes-transformado-em-tumulo-por-belo-monte/> (acessado em 18/06/2023).

PASSOS, Najla. Carta Maior. Instituto Humanitas Unisinos. **Governo faz mega desapropriação e Revolta Entidade** (2012). <https://ihu.unisinos.br/noticias/505427-governofazmegadesapropriacaoembelomonteerevoltaentidade> (acessado em 01/06/2023).

REVISTA NERA – **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Ano 20, Nº. 37 – MAIO/AGOSTO DE 2017. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/312/33> (acessado em 30/05/2023).

SARMENTO, H. B. M. **Serviço Social: concepções e fundamentos sobre ação profissional**. Projeto de pesquisa submetido ao Edital CNPQ produtividade em pesquisa. Florianópolis, 2013.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Z. **Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil**. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 20, p. 14-40, 2017.

SCHMITZ, Lindsey O. Fontana; CARDOSO, Tuany L. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, UFSC, Florianópolis, 2017 [serviço social e sociambiental.pdf](#) (acessado em 29/04/2023)

SILVA, Cesar Augusto; MOREIRA, Rodolfo Praçana. **Usina Hidrelétrica de Belo Monte: O processo de des-reterritorialização na imobilidade em Altamira/PA.** VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.

SOARES, Renato. **Os Indígenas Kaiapó e seus cantos maravilhosos.** Revista Conexão Planeta. Inspiração para a Ação. 13 Julho 2017. <https://conexaoplaneta.com.br/blog/os-indios-kaiapo-e-seus-cantos-maravilhosos/#fechar> (acessado em 23/05/2023)

TOZONI-REIS, Marília Freitas Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história.** Campinas: São Paulo. Autores associados, 2004.

USP- Equipe Portal Biossistemas. **O potencial hidrelétrico brasileiro e a maior usina geradora de energia do mundo.** 2018  
[http://www.usp.br/portalbiossistemas/?p=7865#:~:text=No%20Brasil%20h%C3%A1%20diversas%20usinas,e%20Usina%20Hidrel%C3%A9trica%20de%](http://www.usp.br/portalbiossistemas/?p=7865#:~:text=No%20Brasil%20h%C3%A1%20diversas%20usinas,e%20Usina%20Hidrel%C3%A9trica%20de%20)